



**Vitorinos - Mediação de Seguros, Lda.**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO**

**ANO : 2014**

## 1 - Introdução

---

A Vitorinos - Mediação de Seguros, Lda., com sede social em Rua do Mercado 13, com um capital social de 5.000,00 €, tem como atividade principal Outras atividades auxiliares de seguros e fundos de pensões.

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2014.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Vitorinos - Mediação de Seguros, Lda., procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

## 2 - Enquadramento Económico

---

De acordo com a generalidade dos analistas registou-se um crescimento económico moderado em 2014, ligeiramente abaixo das projeções previamente efetuadas. Um dos principais motivos prende-se com o facto das políticas adotadas pelas maiores economias não terem ainda reestabelecido a confiança dos mercados, especialmente na zona euro. Este clima de incerteza é reforçado pela falta de aprofundamento de compromissos político-económicos entre os países da União Europeia (UE), pela incerteza no regresso aos mercados dos países intervencionados, pela desaceleração das economias emergentes, pelo enclave grego e pela tensão político-económica entre a Rússia e a UE.

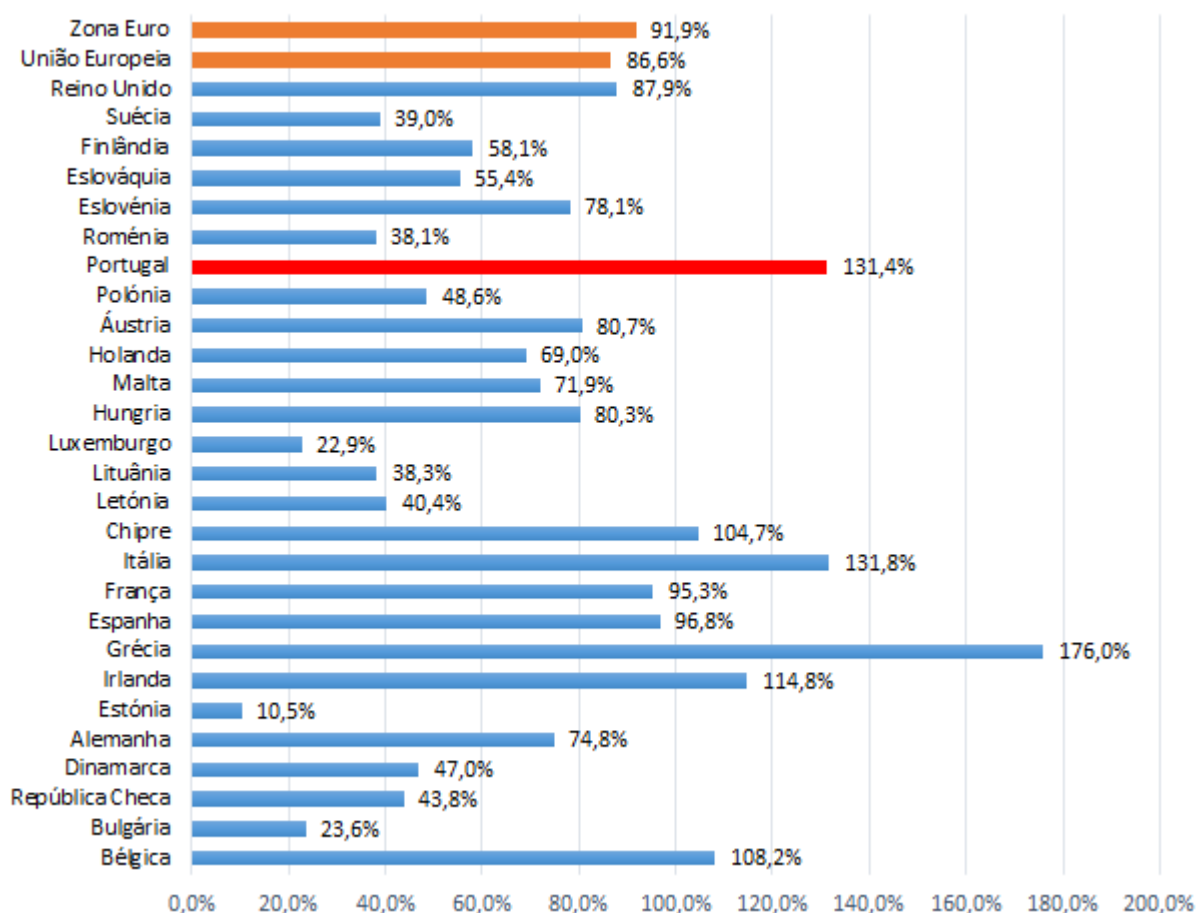
### 2.1. A Nível Internacional e Europeu

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a atividade económica a nível mundial terá registado em 2014 um crescimento positivo de cerca de 3% (3,3%) – mantendo-se os valores de 2013 –, sendo que o Produto Interno Bruto (PIB) das designadas economias desenvolvidas apresenta uma tendência inferior, situando-se na ordem dos 1,8%, contra os 4,4% das economias emergentes. Comparando os ritmos de crescimento dos EUA e da zona euro, verificamos que as previsões do ano transato estavam corretas, uma vez que os EUA tiveram um ligeiro incremento da atividade económica na ordem dos 0,2% (a economia americana fechou o ano de 2014 com um crescimento de 2,4%) e, na zona euro, este foi um ano de alavancagem da economia rondando os 1,3% (na globalidade, a economia europeia retomou o crescimento económico na ordem dos 0,8%, o que contrasta com a destruição de valor que ocorrera no ano transato: -0,5%).

As previsões indicam que, para 2015, os EUA irão ultrapassar o ritmo de crescimento do triénio anterior (o crescimento estimado prevê-se que ronde os 3,6%, mais 1,2% que em 2014) e a nível europeu, os valores finais apurados em 2014 apontam para sinais de retoma económica, ainda que com um crescimento moderado de cerca de 0,8%. Esta retoma da economia europeia terá sido mais modesta nos países cujas economias têm estado debaixo de elevada pressão, nomeadamente a dos países mais pequenos e mais periféricos, muito em resultado das suas dívidas soberanas e permanência da desconfiança dos mercados sobre a resolução da crise. A crise grega será um dos mais relevantes fatores-chave para a leitura macroeconómica da UE no curto e médio prazo. A tensão política na negociação entre Atenas e Bruxelas, relativa às condições de prolongamento do programa de assistência financeira firmado com a Troika e a possibilidade do seu incumprimento e consequente abandono do Euro, são fatores indutores de instabilidade económica para a macrorregião europeia, já tão economicamente fragilizada de per si.

Como consequência dos excessivos défices públicos dos últimos anos, a dívida pública nas designadas economias desenvolvidas continua a atingir níveis que não eram tão elevados desde a Segunda Guerra Mundial. Os dados mais recentes apontam para rácios de dívida pública (em % do PIB), nos EUA de 105,6% (104,2% em 2013), 86,6% na UE (92,7% em 2013) e 91,9% na Zona Euro (86,8% em 2013). Os principais déficits europeus são apresentados na figura seguinte (dados do Eurostat relativos ao 3.º trimestre de 2014):

## Dívida Pública em % do PIB - 3.º Trimestre de 2014

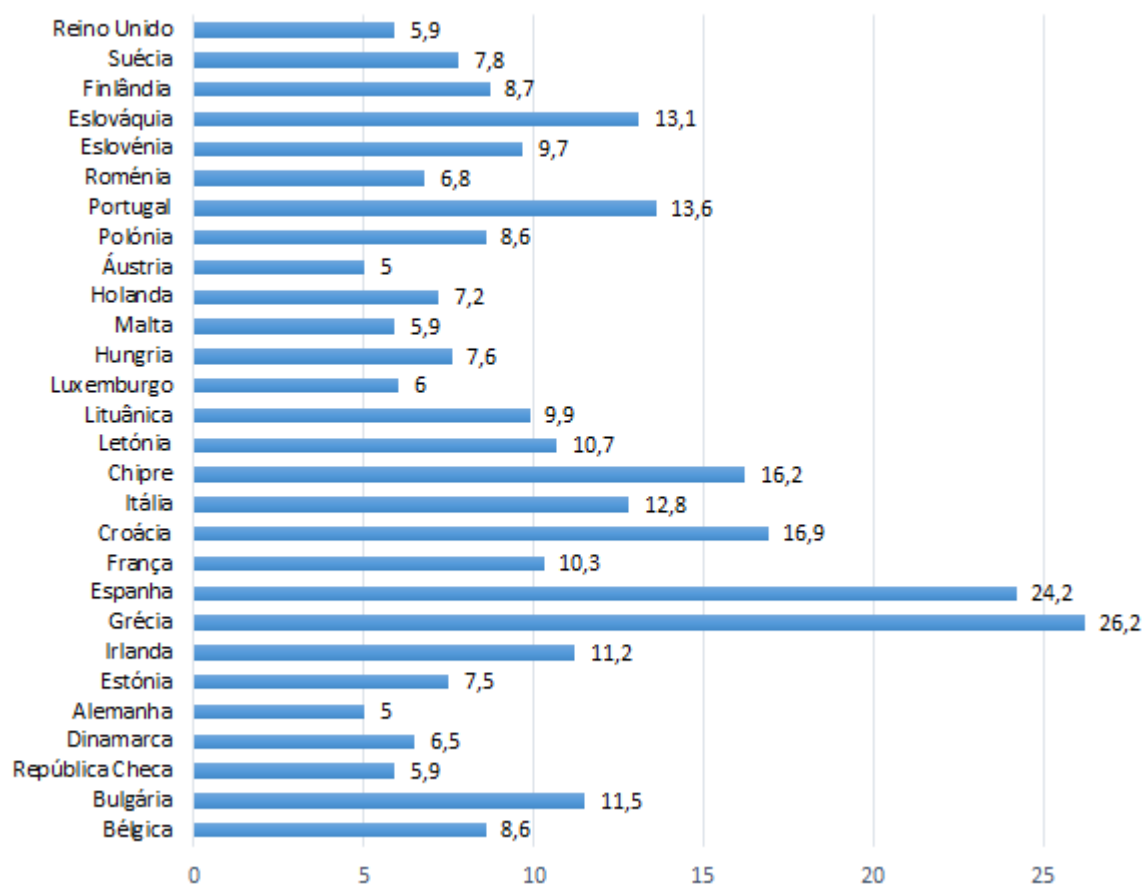


Na Zona Euro em 2014, as taxas de desemprego mantiveram-se ao mesmo nível das de 2012, tendo-se fixado em 12% (Dezembro de 2013).

As menores taxas de desemprego são observadas na Áustria e na Alemanha, ambas com 5,0%, sendo as maiores na Grécia e em Espanha com 26,2% e 24,2% respetivamente.

É importante realçar a descida deste indicador verificada em Portugal, país onde a taxa de desemprego desceu de 15,3% no final de 2013 para 13,3% em Dezembro de 2014. Apresenta-se de seguida o gráfico representativo das taxas de desemprego, em percentagem, elaborado pelo Eurostat com dados do 3.º trimestre de 2014:

### Taxa de Desemprego (%) - 3.º Trimestre de 2014



Dados disponibilizados no último indicador trimestral de 2014 elaborado pelo INE revelam que a taxa de desemprego em Portugal baixou para os 13,3%.

## 2.2 A nível Nacional

Apesar de muito ténues, as melhorias da condição macroeconómica portuguesa fazem sentir-se nomeadamente na ligeira redução da taxa de desemprego, no crescimento positivo do PIB, e na descida das taxas de juro (e consequentemente dos níveis de risco das obrigações do tesouro) a que a República Portuguesa se consegue financiar externamente.

A tendência de contração da procura interna inverteu-se face aos anos de 2013 e 2012, crescendo 2% em termos reais, após a diminuição de 2,3% verificada no período anterior. O consumo privado seguiu o mesmo rumo passando de uma redução de 1,4% em 2013 para um crescimento de 2,1% em 2014. Tanto o Investimento como a Formação Bruta de Capital Fixo apresentaram também apreciações quando comparadas com o ano anterior.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia portuguesa registou em 2014 um crescimento de 0,9% no PIB, representando uma melhoria face a 2013, ano em que se observou um decréscimo de 1,4%. Os resultados agora apresentados são os mais positivos desde 2011. A economia portuguesa já não alcançava valores de crescimento positivos desde 2010, ano em que a economia cresceu 1,9%.

Segundo dados das Contas Nacionais Trimestrais, o Produto Interno Bruto (PIB) registou, em termos homólogos, um aumento de 0,7% em volume no 4.º trimestre de 2014 (1,1% no 3.º trimestre). Esta evolução foi determinada pelo contributo menos positivo da procura interna comparativamente com o verificado no trimestre anterior, refletindo a desaceleração do consumo privado. A procura externa líquida registou um contributo ligeiramente menos negativo para a variação homóloga do PIB, devido à aceleração das Exportações de Bens e Serviços.

No que diz respeito à evolução do emprego, a taxa de desemprego em Portugal atingiu, no quarto trimestre de 2014, os 13,3%, representando uma descida de 1,8% face ao período homólogo de 2013, sendo atualmente a quinta mais elevada da UE, bem como da zona euro. Um dos aspetos mais preocupantes no que respeita ao mercado de trabalho é o desemprego jovem e, em particular, de jovens qualificados. A população desempregada foi estimada em 683,2 mil pessoas, o que representa uma diminuição de 1,5% face a dezembro de 2014 (menos 10,5 mil). A população empregada foi estimada em 4.441,3 mil pessoas, aumentando 0,5% (mais 21,0 mil) face ao mês anterior.

Em 2014, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento de 3,4% em termos reais, traduzindo-se num abrandamento comparativamente com o observado em 2013 (variação de 6,4%). Esta evolução refletiu a desaceleração nas duas componentes, tendo as exportações de bens passado de um aumento de 5,8% em 2013 para 3,6% em 2014 e as exportações de serviços, de uma variação de 8,2% para 2,7%.

As Importações de Bens e Serviços aceleraram em 2014, registando um aumento de 6,2% em volume (3,6% em 2013), em resultado do crescimento mais intenso de ambas as componentes. As importações de serviços apresentaram a aceleração mais pronunciada, passando de uma variação de 0,8% em 2013 para 6,9%. As importações de bens registaram um crescimento em termos reais de 6,1% em 2014 (4,1% no ano anterior).

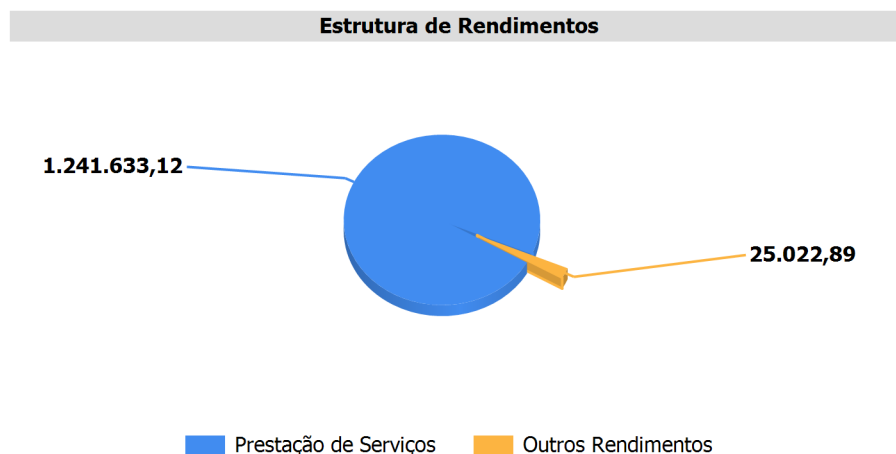
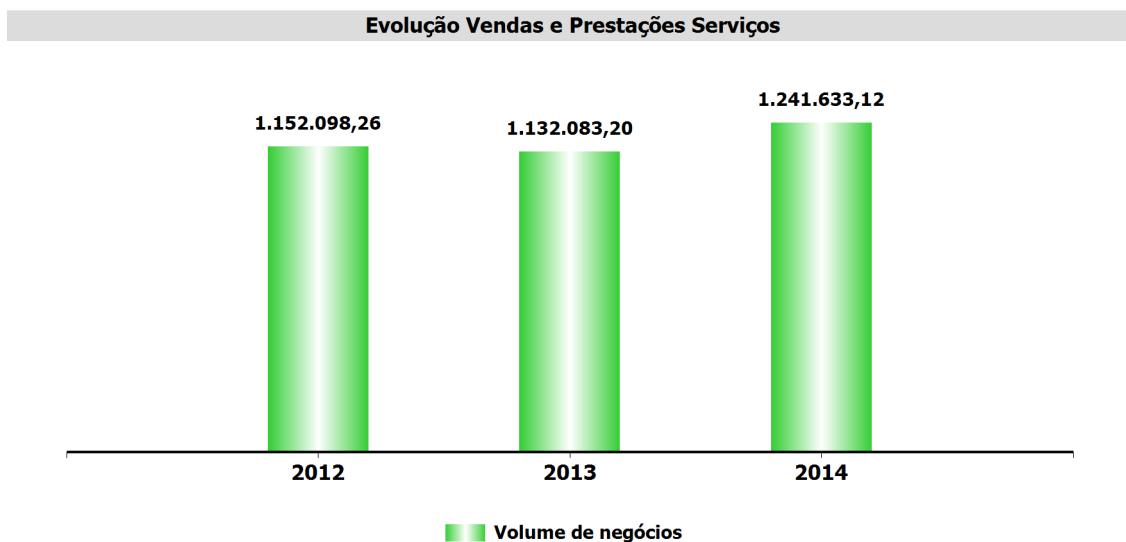
Em termos orçamentais, o défice do Estado para 2014 fixou-se aproximadamente nos 4% do PIB.

### 3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

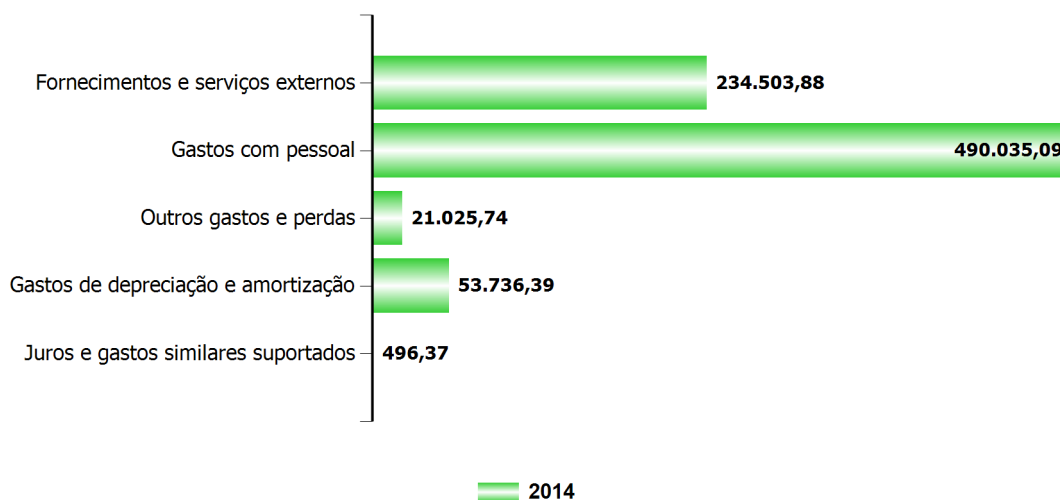
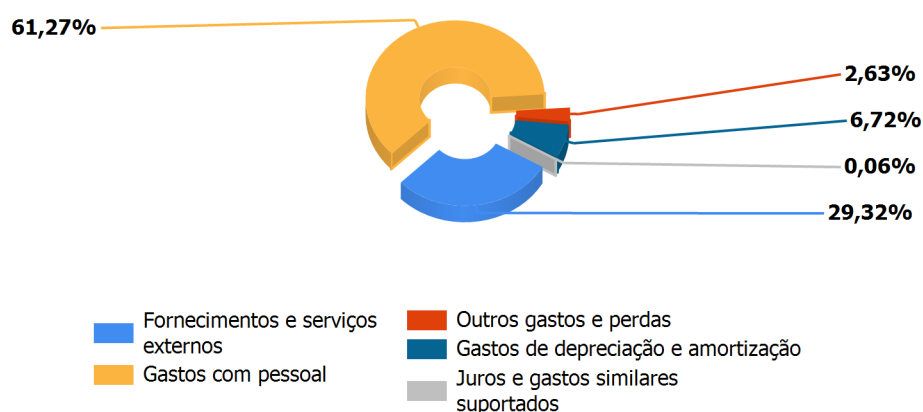
No período de 2014 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa.

De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 1.241.633,12 €, representando uma variação de 9,68% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



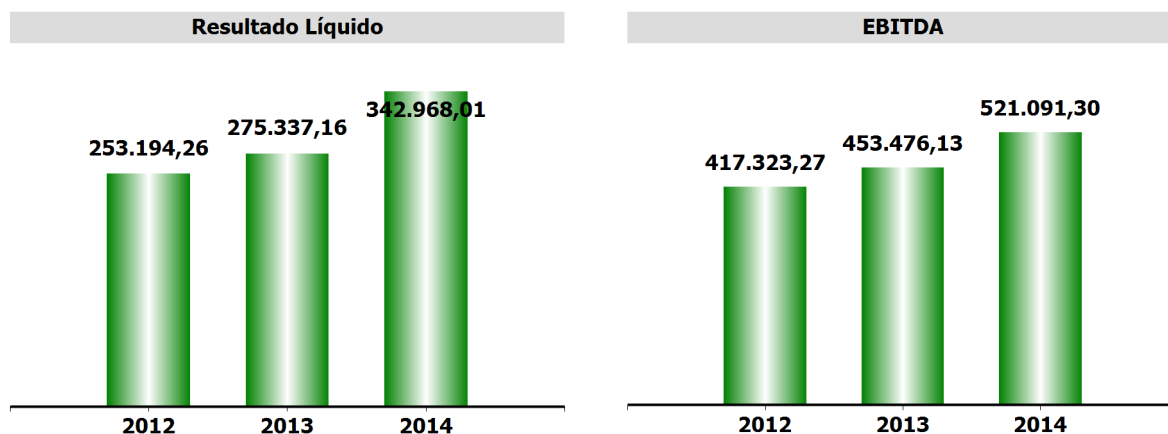
Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

**Estrutura de Gastos**

**Estrutura de Gastos Percentual**


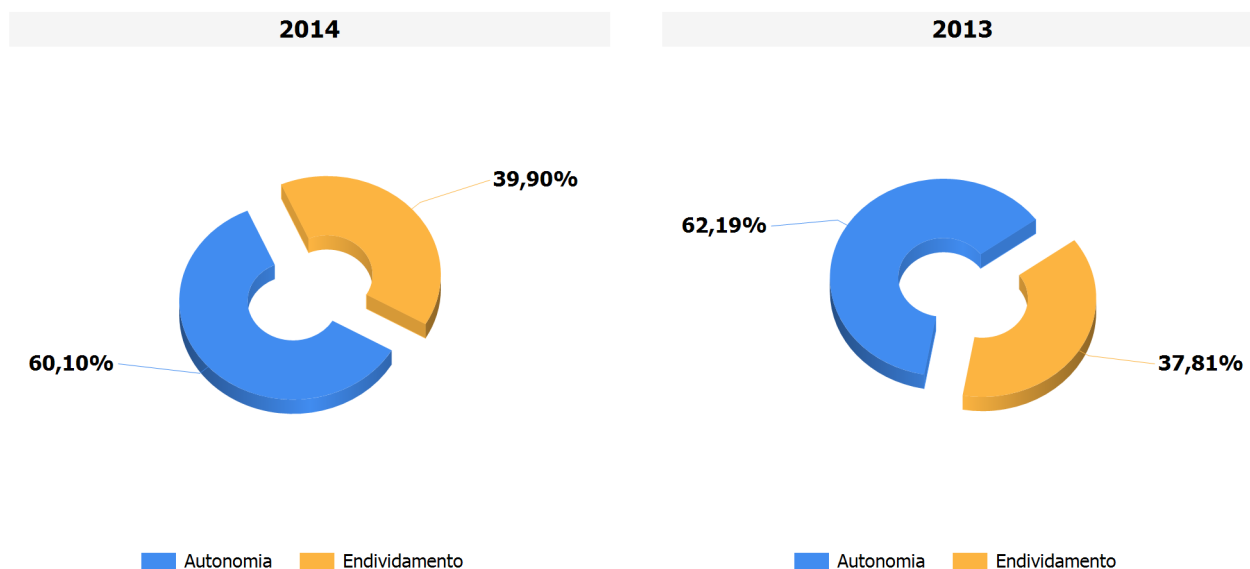
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2014	2013	2012
Gastos com Pessoal	490.035,09	406.151,26	438.636,73
Nº Médio de Pessoas	22,00	20,00	17,00
<b>Gasto Médio por Pessoa</b>	<b>22.274,32</b>	<b>20.307,56</b>	<b>25.802,16</b>

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:



**ESTRUTURA DO BALANÇO**

RUBRICAS	2014		2013	
<b>Ativo não corrente</b>	258.892,68	9 %	286.795,99	13 %
<b>Ativo corrente</b>	2.566.832,00	91 %	1.892.672,61	87 %
<b>Total ativo</b>	<b>2.825.724,68</b>		<b>2.179.468,60</b>	

RUBRICAS	2014		2013	
<b>Capital Próprio</b>	1.698.327,90	60 %	1.355.359,89	62 %
<b>Passivo não corrente</b>	0,00	0 %	7.073,93	0 %
<b>Passivo corrente</b>	1.127.396,78	40 %	817.034,78	37 %
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	<b>2.825.724,68</b>		<b>2.179.468,60</b>	

A sociedade exerceu atividade no setor da mediação de seguros, sendo que a Vitorinos conseguiu crescer substancialmente, contrariamente ao mercado em geral a operar no sector em causa.

#### 4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Vitorinos - Mediação de Seguros, Lda. no período económico findo em 31 de dezembro de 2014 realizou um resultado líquido de 342.968,01€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
<b>ANO</b>	<b>2014</b>
<b>Reservas Livres</b>	342.968,01

#### 5 - Expetativas Futuras

##### 5.1. Cenário macroeconómico

Do ponto de vista económico e social, o desempenho de Portugal revela um comportamento preocupante, ainda assim promissor pela leitura que é possível obter dos últimos dados das instituições europeias e portuguesas.

Para 2015 e 2016, as projeções do Banco Mundial apontam para uma melhoria do desempenho da economia mundial, assente no reforço do crescimento das economias avançadas, onde se evidencia um crescimento relativamente forte dos EUA, mais moderado da economia europeia, com uma evolução muito distinta entre os estados membros (mais forte do Reino Unido, Suécia, alguns países do centro e leste da Europa e dos países bálticos), mais fraco para a área do euro.

As projeções para a economia portuguesa em 2014-2016 refletem a continuação do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos, num quadro de crescimento moderado da atividade e do nível de preços, caracterizado também pela manutenção da capacidade de reduzir o endividamento externo.

As atuais condições restritivas de acesso ao crédito irão tendencialmente manter-se, na sequência da prossecução do processo de desalavancagem do setor bancário. A recuperação do investimento empresarial deverá beneficiar no entanto de alguma melhoria das expetativas de procura por parte das empresas e das condições de financiamento. De acordo com a previsão do Banco de Portugal, a dinâmica da economia portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurada pelo desempenho das exportações, a par de uma recuperação da procura interna, que será compatível com a manutenção de excedentes na balança corrente e de capital. Por sua vez, o consumo privado poderá registar no período 2015-2016 uma desaceleração, mais vincada em 2016. Também para o mesmo horizonte de projeção se prevê que a taxa de poupança se mantenha estável. Esta evolução é compatível com a continuação da redução do endividamento

dos particulares em percentagem do rendimento disponível.

As exportações deverão manter um crescimento robusto, em linha com a procura externa de bens e serviços.

Relativamente ao mercado de trabalho, é prevista uma ténue estabilização deste indicador. No Orçamento de Estado para 2015 o Governo anteviu uma taxa de desemprego de 14,2%, enquanto a OCDE aponta para valores na ordem dos 14,7%.

Em Portugal a inflação deverá permanecer em níveis baixos. Após uma relativa estabilização dos preços em 2014, projeta-se um aumento progressivo da inflação para 0,7% por cento em 2015 e 1,0% por cento em 2016.

No entanto, à semelhança do ocorrido para 2014, estas projeções do Banco de Portugal estão rodeadas de grande incerteza, tanto ao nível da recuperação da economia mundial, bem como da evolução futura das tensões financeiras à escala global e, em particular, à resposta institucional à crise da dívida soberana na área do euro.

Por último, estas projeções são marcadas pelo impacto das medidas de consolidação orçamental, assim como o processo de desalavancagem ordenada e gradual do setor bancário. O enquadramento internacional, marcado ainda pelo abrandamento da economia mundial em 2012 e 2013 (resultado das crises financeira e das dívidas soberanas), será revertido com maior intensidade a partir de 2015. Portugal terá de promover o desenvolvimento económico, passando este por aumentar a eficiência do sistema judicial e por redefinir o papel do Estado (está ainda por realizar a famigerada reforma do Estado com as consequências sociais, económicas e políticas daí resultantes), de forma a estimular o investimento e a inovação. As políticas de apoio à criação de emprego apenas terão sucesso se os entraves ao investimento forem retirados.

A reforma do IRC iniciada em 2014, apontada como um fator potenciador da atratividade económica do país ao investimento nacional e internacional, bem como à manutenção da viabilidade económica e financeira de muitas empresas do nosso tecido empresarial, começará a dar os primeiros frutos no início de 2015 e anos subsequentes.

Estas condições são indispensáveis ao sucesso no período pós-processo de ajustamento económico e financeiro e à construção de um paradigma económico que promova o crescimento de forma sustentável da economia portuguesa, mantendo um consenso institucional e coesão social satisfatórios para todos os agentes económicos.

A instabilidade dos mercados ainda se mantém, mesmo depois do fim do programa de ajuda externa, estando ainda por definir, com a clarividência necessária, quais os mecanismos europeus de ajuda ao retorno aos mercados dos países intervencionados ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira e em que medida a Europa enquanto macrorregião e união política de estados se fará impor quer no plano geopolítico internacional quer na organização política interna.

## 5.2 Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado, e a situação da economia nacional, prevê-se que futuro próximo a empresa continue em crescimento.

## **6 - Outras Informações**

---

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2014.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

## **7 - Considerações Finais**

---

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Vitorinos - Mediação de Seguros, Lda..

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.